

Entrevista

“Eu sou um pesquisador e,
ao mesmo tempo, um ativista”

Arthur Soffiati

Entrevistado por

Adriana Figueira Leite e Luciano Zanetti Pessoa Candiotto



281

Aristides Arthur Soffiati Netto, ou simplesmente **Arthur Soffiati**, pode ser considerado, entre os historiadores vivos, como o decano da História Ambiental no Brasil. Formado em História em 1973, sua trajetória acadêmica foi pouco convencional, pois só obteve seu título de mestre mais de vinte anos após se graduar, doutorando-se quase três décadas depois de formado. Isso, contudo, nada teve a ver com preguiça, pois estamos falando de um dos intelectuais públicos mais ativos e prolíficos de nosso país, que jamais viu uma contradição entre ser pesquisador e atuar também como ativista: tendo começado uma trajetória de intervenção na imprensa bem cedo, em meados da década de 1970, seus escritos acadêmicos cobrem um amplo espectro: seus numerosos livros, por exemplo, abrangem desde questões teóricas e filosóficas bastante amplas

em torno da ecologia e do ambientalismo até análises de situações concretas, em sua maioria sobre o Norte Fluminense, que refletem as suas quase cinco décadas de luta como ativista. Tendo feito a sua graduação em Campos dos Goytacazes (RJ), Arthur Soffiati sempre trabalhou nesta cidade. A partir daí, entretanto, tem tido uma atuação da qual se podem extrair ensinamentos e lições de alcance muito geral, ou mesmo universal. Entrevistado pelos pesquisadores **Adriana Filgueira Leite** (UFF/Campos dos Goytacazes) e **Luciano Zanetti Pessôa Candiottto** (UNI-OESTE/Francisco Beltrão), Arthur Soffiati aborda, ao longo da conversa a seguir, assuntos como o papel da História Ambiental, suas relações com a Geografia, os problemas ambientais do planeta, do Brasil e do Norte Fluminense e, por fim, as perspectivas e os desafios para a luta ambiental crítica na atual conjuntura política brasileira. Por último, mas não com menor ênfase, é relevante destacar o quanto o entrevistado, além de suas contribuições em matéria de História Ambiental e análise e militância político-ecológica, sempre se sentiu próximo da Geografia, a ponto de, lá pelas tantas, confidenciar: “eu acho que a Geografia seria o curso mais adequado para eu trabalhar”.

Começando a conversa

A.F.L.: O senhor poderia fazer um resumo de sua trajetória profissional?

A.S.: Nasci em 10 de fevereiro de 1947 no Rio de Janeiro. Andei por Campinas, Curitiba, Paranaguá e voltei ao Rio de Janeiro, porque o meu pai era militar. Minha trajetória não foi das mais constantes e não foi das mais claras. Estudei em vários colégios e acabei concluindo o que a gente chamava de 2º grau (atual ensino médio, que era o ginásio científico) muito tarde, com 23 anos. Então, eu vim passar um ano em Campos dos Goytacazes/RJ para poder descansar e retornar depois para o Rio de Janeiro. Nesse período, meus pais moravam em Campos/RJ. Minha mãe era Campista e depois que meu pai se aposentou ela quis voltar para cidade em que nasceu.

Fiz vestibular para a Faculdade de Filosofia de Campos, só para testar. Aí, fui

aprovado e pensei: “Bom, eu fico um ano só aqui, depois me transfiro para o Rio de Janeiro”. No final do primeiro ano no curso de Filosofia, me convidaram para trabalhar em um cursinho e aí eu fui ficando em Campos. Apesar de pretender ir para o Rio de Janeiro, acabei ficando por aqui mesmo, principalmente depois que comecei a namorar a Vera (esposa). Fui conseguindo empregos em cursinhos, trabalhei no Colégio Liceu, na Faculdade de Filosofia e, em 1985, vim trabalhar na UFF (Universidade Federal Fluminense, *campus* de Campos/RJ). Então, fui me desligando dos outros cursos, dos outros compromissos que eu tinha, para poder me concentrar em regime de dedicação exclusiva na UFF.

Tudo muito atrasado em minha vida: comecei fazer o mestrado com 45 anos na UFRJ (em 1991), em História, mas tive dificuldades porque eu queria trabalhar com História Ambiental, e ninguém sabia o que que era isso lá dentro. As pessoas

diziam que isso não existia, mas eu insisti tanto que eu consegui terminar o mestrado nessa linha. Depois, no doutorado, tive mais dificuldades. No início, a banca não quis referendar o meu projeto e eu tive que argumentar bastante. Mas consegui terminar o mestrado e o doutorado em 2001, 10 anos depois de iniciar o mestrado.

Então, eu passei a me dedicar um pouco à pesquisa, porque o magistério nos limita em certos aspectos. São muitas tarefas burocráticas e administrativas, reuniões e mais tensões internas. Isso tudo me atrapalhava, mas eu sabia mais ou menos o que eu queria. Somente quando consegui me aposentar, depois de quarenta anos de sala de aula (em 2011), consegui e passei a me dedicar às minhas pesquisas, aos meus artigos, aos livros, às minhas leituras, às minhas andanças pela região e por outras. Essa é, em síntese, a minha trajetória acadêmica e de pesquisador.

O engajamento como ativista

A.F.L.: Como surgiu o seu interesse pelo (meio) ambiente?

A.S.: Olha na verdade, eu não tinha muito interesse por esse assunto, muito embora, em 1971, eu estivesse envolvido com um movimento poético chamado “Poesia, poema, processo” que era uma

proposta de transformar a poesia com palavras em figuras, em elementos visuais. Então, eu compus um livrinho de dez poemas-processo sobre a questão ambiental. Individualmente eu tinha interesse, mas eu não encontrava nenhuma repercussão, nenhum movimento que me atraísse. Contudo, no final do ano de 1977, dois alunos meus do Colégio Liceu me convidaram para fundar uma ONG (Organização Não-governamental) relacionada à questão ambiental. Isso ocorreu porque a questão ambiental estava crescendo muito nos anos 1970, depois da Conferência de Estocolmo. A princípio, eu não aceitei o convite, porque eu achei que essa ONG não ia muito adiante. Eu sabia, pela minha experiência, que as coisas iam acabar na minha mão. Mas no final das contas eu aceitei e acabei entrando. Nós tínhamos um projeto bem organizado. Primeiro, íamos atacar a questão do Parque do Desengano, que era uma questão florestal. Depois, íamos atacar a questão das lagoas, tudo de forma organizada. Mas aí, de repente, nós fomos colhidos pelos movimentos dos pescadores em defesa da Lagoa Feia, em defesa de Barra do Furado, da Lagoa do Campelo, da Lagoa de Cima, do rio Paraíba, do rio Muriaé, e a gente não pôde mais seguir o nosso roteiro de trabalho. Aí, nos envolvemos muito com esses movimentos e tivemos problemas com a segurança (Polícia Federal, Exército), que não entendiam muito bem o que era

aquilo. Eles não conseguiam classificar, porque o raciocínio era bem binário no período ditatorial: ou é do governo ou é contra o governo!; ou é de direita ou é de esquerda!; ou é marxista ou é não marxista! Mas a gente não se definia muito bem nisso. Dizíamos que éramos “verdes”. Defendíamos uma questão nova e eles não conseguiam entender isso. Então, ficava até difícil para eles lidarem com isso tudo. Eles diziam que os pescadores não estavam sendo subversivos e entendiam que o movimento no qual também estávamos envolvidos era legítimo. Eles estavam querendo defender a lagoa, porque ela representa um elemento de sobrevivência para os pescadores. Então, nós nos envolvemos com isso! Nós acabamos fazendo a ponte entre os pescadores e a imprensa, as autoridades e o governo, porque, é claro, eles não tinham experiência em lidar com isso. Eu escrevia muitos artigos, ia às reuniões, entrava em contato com a cúpula do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento). Eles precisavam de alguém que discutisse tecnicamente. Eu não tinha essa formação técnica, mas comecei a ler muito e, por necessidade, eu comecei a pesquisar e a escrever. Eu escrevia mais artigos de combate propriamente, mas, ao mesmo tempo, eu fui vendo que a minha vida estava dividida entre a vida acadêmica e o mundo externo, ou seja, para além da universidade. E eu comecei a gostar disso! Comecei a

gostar porque eu enriquecia o movimento externo e também me enriquecia com ele, trazia para dentro da sala de aula. Isso foi muito enriquecedor. Esse momento se deu entre 1979 e 1982. Depois disso, ele foi esfriando. O grande inimigo dos pescadores era o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Mas o DNOS não soube lidar com essa questão nova (dos movimentos dos pescadores), porque era um órgão soberano, o órgão máximo, que podia fazer o que bem entendesse e não admitia reclamação, crítica, protesto; nada. Mas eles tiveram que aguentar isso, ainda mais quando a polícia federal acabou entendendo melhor a nossa questão do que o DNOS, tanto que o DNOS processou onze pessoas, eu entre elas, e o delegado da Polícia Federal recusou, porque disse: “não existe aí subversão. O que existe aí é fome!”. Até nós ficamos surpresos com aquilo, pois essa declaração poderia gerar um atrito com o Diretor do DNOS. Aí a coisa foi arrefecendo na medida em que o DNOS foi recuando. Na década de 1980, o DNOS entrou em decadência completa e acabou sendo extinto entre 1989/90.

A.F.L.: Quando se iniciou a sua militância/ativismo na área ambiental?

A.S.: Foi em 1978. A nossa ONG foi fundada em 13 de dezembro de 1977, mas algumas pessoas entenderam mal a ONG.

Aliás, todos entenderam que a ONG ia ser só um clube recreativo e que a gente venderia flores nas casas aos domingos. De repente, apareceu esse movimento que nos levou a adotar uma linha de combate mesmo. Então, essas pessoas que sonhavam em criar um clube recreativo foram se afastando. Aí ficou um grupo muito pequeno, que depois, com o passar do tempo, também foi se afastando. A moda foi passando e fiquei só eu. A ONG propriamente foi desativada, mas não foi extinta. Ela continua existindo, mas não tem mais nada nem ninguém. O nome da ONG é "Centro Norte Fluminense para Preservação da Natureza". Éramos parceiros de várias outras entidades no Brasil todo e fazíamos encontros para discutir diversas questões. Então, nós começamos a levantar a questão ambiental como uma nova questão. Era difícil as pessoas entenderem que, além de haver lutas internas na sociedade, havia também uma luta entre a sociedade como um todo (de forma desigual, mas como um todo) e a natureza. Que a natureza se tornara um bastião novo da história. Então, isso me levou à história.

A história passou grande parte dela estudando relações entre países, relações entre classes, relações entre sociedades, a parte cultural, a parte política. O ambiente e a natureza não entravam nesses questionamentos. Aí, a partir dos anos 70 (não foi nada nosso, mas entramos nessa onda), a natureza começou a aparecer

como um elemento, como um participante, como um protagonista importante. É como se houvésemos chegado a um limite não alcançado anteriormente: agora nós estávamos ali, diante de poluição, de desmatamento, diante de uma série de problemas ambientais que já começavam a afetar as pessoas. Mas demorou muito para que isso fosse percebido. Eu diria que não se percebeu isso claramente até hoje.

Em 1977, eu era professor do Colégio Liceu e da Faculdade de Filosofia de Campos. Eu entrei na UFF em 1985. A Faculdade de Filosofia era ensino superior e eu trabalhava no curso de História (hoje essa faculdade não existe mais). No Colégio Liceu eu trabalhava no ensino médio e trabalhava em cursinho também. Para um professor sobreviver, tinha que trabalhar em vários lugares. E eu tive que fazer isso.

Quando eu entrei na UFF, em 1985, continuei trabalhando no Colégio Liceu e na Faculdade de Filosofia. Mas em 1988 eu me afastei dos dois. Pedi pra sair, mas foi mais difícil sair do Colégio Liceu do que entrar. A partir de 1988, optei por concentrar minhas atividades na UFF (40 horas com regime de dedicação exclusiva).

A.F.L.: Enquanto ativista, qual atuação você destacaria em sua trajetória?

A.S.: Bom, pelas características geográficas e ambientais da região (Norte

Fluminense), o que nos levou a uma dedicação maior foi a questão do direito do acesso às águas pelos pescadores mesmo. Estamos em uma planície fluvial, onde a água era um elemento predominante, e a pesca um elemento econômico muito forte para as comunidades daqui. Mas, ao mesmo tempo, havia um esforço grande, com investimento de recursos financeiros, para converter essa planície numa área apropriada para a agropecuária. Isso levou à drenagem de muitas lagoas, à retilinização de muitos canais naturais de rios para se poder plantar e criar. Foi uma espécie de Revolução Industrial que ocorreu aqui no final do século XIX, em que os pequenos engenhos foram substituídos por grandes usinas. Essas usinas necessitavam de matéria-prima (cana-de-açúcar) e, portanto, era preciso ter terras para plantar, pois a capacidade industrial era muito maior do que a produção de cana. Assim, entraram em cena as comissões de saneamento. Inicialmente havia a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada em 1933, que começou a atuar aqui em 1935. Essa Comissão foi substituída pelo

¹ O Durinho da Valeta é um vertedouro natural localizado entre a Lagoa Feia e o Canal da Flecha. Ele regula a altura da lâmina d'água da Lagoa Feia. Os pescadores são grandes defensores do Durinho, porque a água proveniente do mar via canal da Flecha traz os cardumes que lhes garantem a sobrevivência. Graças ao Durinho, a água permanece ali retida durante um bom tempo. Já os proprietários rurais fazem de tudo para que o mesmo seja removido, à pretexto de aumentar a velocidade do escoamento das águas durante os períodos de cheias, pois alegam que suas propriedades ("conquistadas", devido à drenagem

Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que tinha atuação em todo o território nacional, teoricamente. Os pescadores resistiram por muito tempo porque havia muita gordura para queimar em termos de água. Mas, no momento em que certos pontos estratégicos para os pescadores começaram a ser ameaçados, eles se levantaram. O "Durinho da Valeta"¹, na Lagoa Feia, é um deles. O "Buraco do Ministro", que é um canal natural que em parte ainda existe, perto do mar, também foi ameaçado. Quando o Córrego da Cataia, que liga o rio Paraíba à Lagoa do Campelo também foi ameaçado, a mobilização foi aumentando, pois essas obras, todas no final dos anos 1970, colocaram em xeque a atividade pesqueira e os pescadores. Então, eles se levantaram e, fizeram muito bem!

A.F.L.: Até quando você atuou sistematicamente enquanto ativista ligado às questões ambientais?

A.S.: Olha, eu fui presidente da ONG de 1978 a 1981, ou seja, por quatro mandatos, pois ninguém queria assumir a presidência. Em seguida, um grupo que queria

da lagoa) são alagadas durante as grandes chuvas. Na realidade, o grande sonho dos proprietários rurais é drenar a lagoa como um todo para que mais terras sejam ganhas para as suas atividades agropecuárias. O próprio DNOS estimulava os proprietários rurais a fazê-lo, tal como consta no **Relatório Gallioli** de 1949. Por esse motivo, o Durinho da Valeta constitui uma questão de conflito no que se refere à gestão dos recursos hídricos da região. Se o Durinho tivesse sido removido, é possível que a lagoa já nem existisse mais. (Nota de A.F.L.)

dar um caráter empresarial à ONG assumi sua presidência. Aí, eu fui me afastando, pois fiz críticas a uma parceria que a ONG fez com a Petrobras para promover cursos. Isso fez com que o lado militante/combativo da ONG acabasse. Ela passou a ser uma prestadora de serviço da Petrobras. Na época, eu falei que não ia dar certo e acabou não dando mesmo. Posteriormente, a Petrobras encontrou uma entidade mais capacitada e abandonou a parceria com a nossa ONG.

O meu ativismo incomodou pessoas de fora e de dentro da ONG, porque eu escrevi (e ainda escrevo) muito. Eu escrevo uma vez por semana pelo menos, geralmente versando sobre questões ambientais, mas relacionadas à questão política, cultural de modo geral. Então, na verdade, o meu nome ficou associado ao ativismo e à militância. Não reclamei disso, não. É isso mesmo! Eu sou um pesquisador e, ao mesmo tempo, um ativista, embora não exerça mais esse ativismo como antes. Claro, agora não tenho que sair de casa toda hora e ficar brigando na rua, discutindo. Mas eu acho que continuo sendo. Na idade que eu tenho, continuo ainda como um ativista.

A.F.L.: Por que você foi reduzindo suas atividades enquanto ativista depois de tantos anos de atuação?

A.S.: Eu abandonei algumas frentes, porque não poderia estar em todas. O

Ministério Público eu abandonei devido a uma percepção de que, pelo Ministério Público, nada avançava. Pelas leis a gente não conseguia nada, porque essas leis fragmentam questões que são complexas. Se falamos que “uma lagoa, para viver, precisa de um conjunto maior”, isso não interessa ao Ministério Público, pois eles costumam proceder da seguinte maneira: “Qual é o trecho da lagoa que está sendo afetado mais? É esse! Então, o inquérito será instaurado nesse trecho!”

Outro problema é que as questões demoravam muito tempo para serem resolvidas, e que as soluções eram mínimas e insatisfatórias. Como passei a perceber que por essa frente não se consegue mais avançar, abandonei oficialmente. Declarei para os procuradores e para os promotores que eu não iria mais continuar, porque senti essa incapacidade do Ministério Público de entender a questão ambiental no seu sentido mais amplo. Assim como as leis, tudo era recortado, fragmentado. Outro problema é que o próprio Ministério Público não internalizou as leis ambientais. Para eles, se uma lei for modificada ou substituída, tudo bem. Não importa se é uma lei ruim ou boa. Importa cumprir a lei.

A.F.L.: Como você avalia o ativismo ambiental no Brasil e no mundo atualmente? Quais seriam os principais desafios do presente e do futuro?

A.S.: Quando eu comecei nesse movimento havia, sim, uma grande utopia, que era chamada de *ecologismo* e que motivava muito pessoas idealistas e pessoas aguerridas. Eu acho que o que começou a arrefecer os ânimos, o que começou a criar divisões internas, foi a conferência Rio-92, quando apareceu essa proposta da “sustentabilidade”, quando ela começou a ser apropriada por todos: banqueiros, empresários, modistas, médicos etc. Pessoas importantes dentro do movimento passaram a entender que o movimento estava ganhando força e se alastrando. Aí, falou-se do “ecologismo multisetorial”, “ambientalismo multisetorial”, o “ambientalismo dos médicos”, o “ambientalismo dos engenheiros”, mas, na verdade, não era propriamente isso, não! Quando eu encontrei, por exemplo, “juros sustentáveis”, pensei: “isso não pode ser ecológico!”. “Corpo sustentável”, achei bom; isso aí deve ser alguma coisa ligada à medicina, à alimentação, à atmosfera, à água... Mas não era! Estava ligado ao uso de silicone, de Botox. Sustentabilidade servia para tudo! Então, hoje em dia, quando perguntam se eu defendo a sustentabilidade, eu digo: “se vocês colocarem alguma coisa que adjective como ‘ecologicamente sustentável’, eu posso até aceitar. Mas, no geral, é uma espécie de capitulação da questão ambiental à economia de mercado”.

Houve tanta divergência e aproveitamento, que levou à criação de ONGs oportunistas, que queriam trabalhar para ganhar dinheiro, que se profissionalizaram. Aí eu achei que não tinha mais cabimento essas ONGs. Acho que o mundo está assim, agora. Eu vi com esperança o renascimento de alguma coisa quando aquela menina sueca levantou a bandeira da questão climática, dizendo que em vez de um clima de terror era melhor um terror em relação ao clima; mas eu não sei se isso vai muito longe também, porque hoje em dia tudo vai para as redes sociais, tudo é muito superficial, tudo é muito ligeiro a ponto de, daqui a pouco, ser substituído por uma outra questão e desaparecer.

A.F.L.: Como você avalia a atuação das ONGs hoje?

A.S.: Avalio que essas ONGs estão muito acomodadas hoje em dia. A maioria não é combativa, mas existem algumas que ainda são. A maioria incorporou um caráter empresarial. São ONGs profissionalizadas para a prestação de serviços. Não são mais ONGs que discutem, que combatem, que levantam questões. São ONGs que estão a serviço de quem as contrate para trabalhar, como eu vejo aqui no caso do Açú. Eu fui procurado por algumas ONGs pelo fato de eu fazer parte de uma ONG. Parecia ser uma ONG falando com um representante de outra

ONG (eu), mas, na verdade, era um empresário falando comigo. Aí, ele me convidou: “Vamos trabalhar na nossa ONG, que lá você vai poder trabalhar melhor, desenvolver melhor suas ideias”. Eu disse: “Não! Eu sei muito bem para onde que vocês querem me levar; e eu não vou entrar não nessa linha, não!”

Soffiati e as universidades

A.F.L.: Quais foram os principais desafios que você encontrou ao atuar em um instituto da UFF que até bem pouco tempo atrás era pouco conhecido fora da cidade de Campos?

A.S.: Quando ingressei na UFF de Campos, eu atuava somente no curso de Serviço Social. Confesso que os professores colegas eram muito bons, muito afetuosos. O clima que reinava aqui era um clima de família universitária, mas eu me sentia meio deslocado, porque era um curso de Serviço Social. Eu não sabia muito bem o que fazer, eu trabalhava com a história das ideias políticas; trabalhava com Antropologia de vez em quando, porque faltava o professor; trabalhava com Administração, que não tem nada a ver com isso; trabalhava com a história do capitalismo. Então, eu era uma espécie de professor para tratar de qualquer assunto, assim como outros professores do Ciclo Básico. Não havia nenhum

aprofundamento, porque a cada semestre, os professores mudavam de disciplina.

Apesar disso, eu procurei colocar essas questões todas (ambientais), em todas as disciplinas nas quais eu trabalhava. Mas um dia um aluno me disse: “Era muito estranho, pois você trazia umas coisas que eu não entendia. Falando de inseto, falando de animais, de plantas, a gente não queria saber nada disso!” E, de fato, o curso de Serviço Social está muito centrado no humano. As questões que preocupam aos alunos estão voltadas para o ser humano, para o pobre, e está certo. Eu entendo muito bem. O deslocado era eu, não eles. Eu estava deslocado porque levantava questões que não eram pertinentes em um curso de Serviço Social. Mas eu também não podia me violentar a tal ponto de ignorar o que eu sou. Então, eu colocava essas questões minimamente sempre que possível. Eu acho que essa foi a minha maior dificuldade aqui no curso de Serviço Social. Apesar de toda a gentileza, de todo o coleguismo que havia entre os professores, eu me sentia meio estranho mesmo, um peixe fora d'água.

Mas isso mudou no momento em que eu saí da UFF [aposentou-se]. Isso foi triste, porque no momento em que eu saí, foram criados os cursos de História e o curso de Geografia. Entre todos os cursos criados – Ciências Sociais, Psicologia, Geografia, História e Serviço Social – eu

acho que a Geografia seria o curso mais adequado para eu trabalhar. Mas eu sai em 2011, quando os cursos novos estavam se instalando aqui.

Embora no curso de História exista uma disciplina de História Ambiental, eu me sentiria melhor em um curso de Geografia, pois seria possível me comunicar com vários professores.

Eu me aposentei, mas não fiquei inativo, quer dizer, eu me recolhi aos meus aposentos e, ali dentro, eu trabalhei e continuo trabalhando com bastante intensidade. Eu trabalho diariamente, sábado, domingo, feriado, eu trabalho de manhã e de tarde, eu trabalho escrevendo, lendo, pesquisando, saindo de casa para ir ao campo. Junto com a professora Adriana, nós já saímos várias vezes para conhecer a região, até porque eu quero decifrar essa região, sobretudo a planície, que é bastante complexa. A planície sofreu muitas transformações e eu quero recuperar a história da planície. Saber o que aconteceu após essas transformações, como o espaço foi alterado. As pessoas hoje não sabem mais o que era inicialmente. Eu procuro ver isso pelo ângulo da História Ambiental, embora isso não interesse muito às escolas, às universidades. Mas é o que eu procuro fazer.

A.F.L.: Quais os trabalhos dentro da temática ambiental que você destaca em sua trajetória enquanto professor/pesquisador?

A.S.: Eu trabalho em duas linhas: uma bem ampla é a reflexão sobre a questão ambiental do ponto de vista filosófico, sociológico; de um ponto de vista bem geral, mesmo. A outra linha está nos trabalhos empíricos, onde eu transiro, ou seja, aplico todo esse conhecimento (teórico). Busco associar essa visão macro a uma região. Então, a minha História não é aquela História estanque de estudar a região por ela mesma, e ficar exaltando os grandes fatos, os grandes acontecimentos. Mas é sempre a História de tentar entender a região, explicar a região, bem na linha da historiografia da Escola dos Anais da França, vinculando com algo maior. Eu não consigo entender, por exemplo, a história da região sem inserila no processo de globalização ocidental. Eu tenho que fazer isso para entender melhor, e isso não me leva a fazer nenhuma apologia da região. Eu acho que ela tem a sua história, e que essa história está muito presa ao Ocidente, embora as pessoas que normalmente lidam com História não considerem essa questão. Aí, eu pego um capim e digo: esse capim vem da Índia! Então, a nossa história está muito relacionada com a história de outros continentes, e quem promoveu isso tudo foi o Ocidente. Mas essa história não é uma história tranquila, serena. Não é uma história só de beleza. Tem muito sangue nela! Vou falar igual a Walter Benjamin: “no princípio de tudo, no fundo de

toda civilização, existe muito sangue, muita violência”.

A.F.L.: Por que você optou por concentrar sua produção ligada à problemática ambiental dentro da área que denominou de Ecorregião São Tomé?

A.S.: Primeiro, porque quando a gente faz um estudo empírico, não é possível refletir sobre o mundo geral, fazer uma pesquisa geral. Então, eu sabia muito bem que eu tinha que restringir os meus interesses para fazer pesquisas empíricas. Porém, para fazer uma pesquisa empírica é preciso saber em que área que eu estou trabalhando. Eu comecei a perceber que havia pelo menos uma unidade geológica e geográfica entre os rios Macaé e Itapemirim, no Espírito Santo. A divisão política promovida pelos europeus, aqui, na verdade, não refletia essa realidade. No princípio, sim, porque a primeira tentativa de criar e implantar a cultura europeia aqui na região, no século XVI, foi através da capitania de São Tomé. Essa capitania tinha como limite imaginário, ao sul, o rio Macaé e, ao norte, o rio Itapemirim. Como os portugueses ficavam só na costa, havia um medo muito grande de ir para o interior. Havia, inclusive, dificuldades relacionadas à presença de índios, da vegetação e dos ambientes, que eram muito hostis. Então, ficar na costa era melhor. E foi nessa região de aterro, de um grande aterro do

terciário, do quaternário, que os europeus ficaram por algum tempo e retornaram no século XVII, ficando aí por pelo menos mais um século. Foi somente a partir do século XIX que começou o processo de interiorização, o processo de ocupação da serra, da zona serrana. Antes disso, houve somente alguns casos muito esporádicos. Entendi que essa região me ajudaria muito a compreender melhor a questão ambiental, pelo fato de suas características serem muito parecidas. A economia que se desenvolveu aí também é muito parecida. Então, isso deu uma certa unidade, não só geológica, não só geográfica, mas também econômica e cultural.

A.F.L.: Em que contexto se deu a sua aproximação com o historiador ambiental americano Warren Dean?

A.S.: Eu já conhecia os trabalhos mais antigos dele, sobre Rio Claro, sobre a industrialização de São Paulo. Enquanto professor de História, era quase uma obrigação conhecer esses autores. O Warren Dean ainda não era um historiador voltado para a questão ambiental, mas ele acabou se interessando por isso quando começou a estudar a industrialização de São Paulo. E perguntou: “o que movia as indústrias era o petróleo? Ainda não! Era o gás natural? Ainda não! Era o quê, então? Ele descobriu que era a lenha. Mas essa lenha vem de onde? Vem da Mata

Atlântica! E o que causa a extração de toda essa madeira para a Mata Atlântica?" Ele começou a se interessar por isso, então escreveu seu último livro antes de falecer: **A ferro e fogo**. No livro, ele mostra o processo de destruição da Mata Atlântica em função da urbanização, da industrialização e de outros fatores. Eu fiz contato com ele, porque ele já havia lançado alguns trabalhos isoladamente. Como ele afirmou que as planícies da Mata Atlântica eram muito arborizadas, e que a ação dos índios teria destruído essas florestas, eu decidi escrever para ele, dizendo que a planície é muito úmida e que não havia vegetação arbórea nessa região. Também informei que os índios não tinham a mínima capacidade técnica de destruir uma floresta enorme como a Mata Atlântica, nem tinham essa intenção. O que eles queriam dentro da planície era pescar, caçar e obter alimentos provenientes da vegetação, através do extrativismo.

Aqui é interessante citar uma discussão que eu travo mais recentemente: Nós tivemos aqui um paleolítico atípico, diferente do europeu. Na ilha central do Arquipélago de Santana, em frente à foz do rio Macaé, um grupo indígena que viveu lá por um século não desenvolveu a cerâmica. Eles não desenvolveram nada parecido com aquilo que a gente chama de neolítico. Era um grupo paleolítico que vivia do extrativismo, que não levava ao nomadismo, porque a ilha era tão farta

que eles podiam ficar ali o tempo todo. Eles não iam para a costa também, ou iam raramente, porque tinham medo dos outros grupos.

Era um paleolítico nosso, adaptado às nossas condições. Os índios que viviam na planície já estavam no estágio neolítico, porque conheciam a cerâmica e a agricultura. Mas eles ainda andavam muito, não conheciam a roda e outras inovações características do neolítico europeu e asiático. Mas não deixam de ser índios do período neolítico, pois já faziam casas e cabanas, peças de cerâmica, trabalhavam com pedras, desenvolveram tecnologias para caça, para a pesca, bem típicas do neolítico. Contudo, o período neolítico foi diferente na América, sem uma agricultura muito desenvolvida.

Eu fiz esse contato com o Warren Dean. Trocamos algumas cartas, mas ele não mudou sua posição. Quando o livro chegou ao Brasil, ele já havia morrido. Além do mais, parece que o espaço dado à planície é muito pequeno. Então acho que isso não teria tanta importância para ele, mas teria para nós, que somos e estudamos a planície, sim.

A questão é que houve uma transformação tão grande na planície em termos de vegetação, com a pecuária primeiro e depois com a agricultura, que os botânicos não sabiam mais o que existia originalmente. Só mais tarde, na primeira década do século XXI, é que botânicos foram fazer pesquisas em Palinologia. Mas o que

existia na planície antes da chegada dos europeus não era floresta. Eram gramíneas e outras famílias, bem rasteiras e adaptadas. Havia algumas plantas mais arbóreas, como por exemplo a *Tabebuia*, em algumas lagoas sazonais. Mas não é uma árvore de grande porte. A *Tabebuia* é parente do Ipê. Ela é uma espécie bem adaptada a ambientes úmidos e à restinga, mas a restinga é um solo arenoso em que as plantas encontraram mais substrato para se desenvolver. Isso tudo é muito interessante para mim em termos de História.

A.F.L.: Como você avalia a atuação dos pesquisadores de universidades brasileiras no que se refere aos temas ambientais, atualmente?

A.S.: Depende do curso. Se for na área de História, que eu conheço melhor, posso dizer que os cursos de História são meio avessos a essa questão. Os historiadores que se interessam pelo tema da natureza estão mais preocupados com as representações sobre a natureza do que com as relações materiais dos humanos com a natureza. Isso significa que o foco está no plano das ideias, das representações mentais, e não em um plano mais pragmático, mais direto, no sentido de se entender como se deu a ocupação, quais são as relações que se estabeleceram entre as sociedades de matriz europeia na América. Poucos fazem isso.

Eu acho que é preciso avançar por essa vertente. Mas isso exige transcender a História, exige entrar em contato com outros conhecimentos, com outros saberes. E um professor de História não quer sair da sua zona de conforto, não quer ir a campo. O campo da maioria dos historiadores é o arquivo. Você está no conforto do ar-condicionado, da documentação toda à sua disposição. Aí, não percebem a importância de ver o terreno. Eu entendo que o historiador ambiental, na linha em que eu trabalho, tem como primeiro documento o ambiente. Eu tenho que ir lá! Quando eu trabalhei com manguezais – eu trabalho ainda, mas quando eu trabalhei mais intensamente – não me bastava simplesmente encontrar documentos sobre os manguezais. Eu queria ir lá ver. Aí, quando um biólogo me dizia: “você está procurando manguezal onde não existe”, eu falava que não era bem isso. É que, para os biólogos, o manguezal tem que ter um bosque enorme. Para mim, é outra coisa: se aparecer uma planta de uma espécie de mangue, para mim significa que ali existe um manguezal potencial ou já existiu e foi destruído. E aí me pergunto: onde está a comunidade que dependia desse mangue? Desapareceu com ele ou nunca chegou a se constituir. Avalio se, pelo tamanho do manguezal, poderia ou não ter se constituído uma comunidade. Então, eu levo em conta essa informação, que o ambiente físico me dá.

A.F.L.: Qual o papel das universidades brasileiras no contexto da questão ambiental?

A.S.: Eu acho que, em matéria de protesto, todas elas fazem, mas não tanto. Eu não vejo tanto protesto agora, por exemplo, com o Ministro do Meio Ambiente. Ele pode até ter um conhecimento técnico superficial da questão, mas, do ponto de vista ideológico, ele está bem alinhado a um conservadorismo completamente “caduco”, completamente ultrapassado, de não entender, por exemplo, questões climáticas, não entender a posição do Brasil nisso tudo; de não entender a importância da Amazônia; de achar que os índios têm que ser aculturados, que têm que se integrar na economia capitalista. Então, eu acho que, nesse ponto, as universidades fazem críticas, mas não avançam mais do que isso, porque parece que é necessário um conhecimento que a universidade não detém. Eu não estou generalizando aqui, dizendo que todas as universidades são assim, mas eu acho que a maioria dos professores entende que há outras prioridades. As bases do Ocidente estão sendo minadas, mas muitos não estão vendo isso. Parece que tem que acontecer algo como uma explosão, que apareça na frente, para poder se criticar.

² Os textos citados nessas questões foram extraídos do seguinte livro: SOFFIATI, Arthur. **De um outro**

Soffiati e o ecologismo²

L.Z.P.C.: No texto “Desenvolvimento e conservação da natureza: compatibilização ou confronto?”, de 1983, o senhor destacava o predomínio da concepção de que os sistemas econômico-sociais vigentes (capitalismo e socialismo) são inevitáveis. Porém, também reforçava que existem alternativas, pois “toda escolha é fruto de uma série de determinações” (...) (SOFFIATI, 1983, 25-6). Considerando essa afirmativa, surgem algumas indagações... Para começar: o que mudou em relação ao capitalismo, de 1983 para cá?

A.S.: Primeiro, eu quero dizer que ainda continuo acreditando que tanto o capitalismo naquele tempo, quanto o socialismo praticado na União Soviética e na China, não tinham preocupações ambientais. Esses sistemas tinham divergências quanto a questões sociais, econômicas e políticas, mas quanto às questões ambientais, não. E, na prática, isso ficou confirmado depois da queda da União Soviética. Com as pesquisas, vistorias e visitas que especialistas fizeram lá, foi possível verificar que houve uma prática bem antiambiental de destruição de rios e lagos, de muitos ecossistemas.

lugar: devaneios filosóficos sobre o ecologismo. Niterói: EDUFF, 1995. (Nota de L.Z.P.C.)

Após o fim da União Soviética e até hoje, o capitalismo triunfa. O capitalismo começou, pelo menos por parte de alguns de seus representantes, a perceber que a questão ambiental pode inviabilizar o próprio capitalismo. Então, surgiram declarações, como no Fórum de Davos, da necessidade de se levar em consideração determinados problemas ambientais que podem dificultar o próprio desenvolvimento do capitalismo. Mas essas “intenções” do capitalismo, seja a respeito da questão ambiental ou da social, não me convencem. No geral, a economia capitalista é caótica. Ela atua de maneira descentralizada, com cada um fazendo o que bem entende. Entendo que é pouco provável que o capitalismo continue se desenvolvendo e passe a respeitar a questão ambiental, ou seja, os limites da natureza. Uma alternativa seria o nascimento progressivo de uma nova cultura não capitalista, dentro do mundo capitalista, defendendo a questão ambiental. Mas me parece que isso vai levar muito tempo para acontecer, ou então sequer vai acontecer. Eu não vou ser futurista, não, mas, pelo que eu vejo agora, eu não vislumbro muito essa perspectiva.

Outra alternativa que me parece bastante promissora, é a da reação da própria natureza. À medida que o capitalismo for atingindo os limites da natureza, de modo que a resiliência não possa mais existir, ou seja, a natureza não consiga se reconstituir, algo terá que ser

feito. Eu não estou atribuindo um caráter antropomórfico à natureza, pois ela não tem consciência.

Desde a Conferência de Estocolmo se discutem os limites da natureza. Uma vez ultrapassados esses limites, existirão reações que podem inviabilizar a própria economia. Então, ou o capitalismo muda, ou ele será inviabilizado devido aos próprios limites da natureza.

L.Z.P.C.: Quais foram os principais erros do socialismo burocrático implantado na antiga União Soviética e em outros países?

A.S.: Eu acho que não houve de fato o que se pretendeu, o que os fundadores do socialismo pretenderam. Uma sociedade na qual todos pudessem ser iguais, ainda que diferentes. Eu acho que, de fato, existiu uma burocracia estatal na União Soviética e na China, que criava privilégios, dava privilégios para um grupo, em detrimento da sociedade como um todo. O caso da China é bem ilustrativo. Eu tomo aqui o exemplo de Mao Tsé-Tung. Ele travou uma luta contra o capitalismo, levou muita gente a morrer do lado dele e do outro lado também. No final de sua vida, falou: “eu cheguei à conclusão de que o capitalismo não pode ser vencido nessa etapa”. Então, é como se a China tivesse levado adiante o que ele falou. Optaram por continuar com esse rótulo de comunista, mas passaram a atuar

de forma capitalista no mundo. Um capitalismo autoritário. Um capitalismo não combinado com a democracia de que tanto se fala no Ocidente. A China é um país que me atemoriza bastante, porque a China é uma das economias capitalistas mais predatórias. As pessoas não podem protestar.

L.Z.P.C.: Como o senhor avalia o pensamento socialista atual?

A.S.: Eu conheci alguns socialistas históricos. Conheci um que encontrei em São Paulo quando caiu o muro de Berlim. Ele me convidou para tomar uma cerveja e disse: “se eu não fosse um verdadeiro socialista, eu me mataria, porque é muito duro ver a queda do muro de Berlim”. Logo depois, ele viu a queda da União Soviética.

Existem esses socialistas históricos, que ainda estão ligados à Revolução Russa, à Revolução Chinesa, e socialistas que se modernizaram, que estão mais na linha de Gramsci do que na linha da revolução, do movimento armado. Alguns estão procurando ocupar espaços na sociedade, conquistar esses espaços, e são socialistas democráticos também, na medida em que a gente entende que democracia é alguma coisa em que se exerce o governo, através de regras estabelecidas por documentos constitucionais.

L.Z.P.C.: Atualmente temos liberdade para fazer escolhas em face da hegemonia do capitalismo?

A.S.: Não! Escolhas assim, grandes escolhas importantes, eu acho que a gente não tem. Imaginemos que eu me posicionasse agora contra o complexo portuário do Açú que está aqui na região, e propusesse a saída dele porque foi um grande erro esse grupo empresarial ter vindo para cá, em todos os sentidos. Primeiro, não respeitou as características ambientais da região; um porto daquela magnitude, um empreendimento daquela magnitude, não poderia se instalar em uma restinga que tem um solo muito frágil, uma costa muito nova, uma costa muito violenta. Então, causou um estrago muito grande. Outra questão é que o complexo se instalou mediante grande corrupção, em larga escala. Digamos que, se o grupo aqui fizesse a escolha de não querer mais o porto, ele provavelmente não seria construído. Além do mais, existe todo um poder de sedução da economia capitalista em mostrar que é só por ela que se consegue a redenção, o progresso, o desenvolvimento. Eu já debati muito essa questão em público com outras pessoas e, depois, eu vi que, na verdade, eu parecia uma pessoa completamente deslocada do ambiente. Em Niterói, por exemplo, na própria UFF, houve um debate sobre o Polo Petroquímico que ia se instalar aqui no Norte

Fluminense e que acabou indo para Itaguaí. Havia empresários na mesa e eu era o único ambientalista. Então, um empresário começou a falar que o Polo Petroquímico iria trazer o progresso, melhorar as condições de vida das pessoas, etc. Aí, eu perguntei: “O que o senhor entende por progresso e desenvolvimento?” Ele respondeu: “Progresso? Desenvolvimento? Todo mundo sabe o que é. É ou não é?” Meus alunos que estavam presentes responderam: “É, sabemos!” E eu fiquei ali, completamente desautorizado. Esses conceitos de progresso e desenvolvimento viraram axiomas, que em Filosofia é alguma coisa que dispensa demonstração. As pessoas entendem que isso – o progresso, o desenvolvimento, a evolução – são coisas dadas e normais.

Eu não acho que seja possível fazer grandes escolhas. Pequenas escolhas nós temos margem para fazer. Como falava Michel de Certeau: “o poderoso estabelece limites, e o dominado tem que se movimentar ali dentro”. Então, o dominado faz escolhas pequenas e vai criando táticas de sobrevivência.

No caso dos pescadores daqui (região de Campos), nas décadas de 1970 e 1980, eu conheci alguns pescadores antigos que sabiam claramente o que eles tinham que fazer e o que eles podiam fazer. Então,

um deles dizia: “Eu não preciso de lei. Eu não preciso de autoridade que diga o que eu tenho que fazer. Eu sei o que eu tenho que respeitar naturalmente. Eu sei o período de procriação. Eu sei quando eu tenho que ir pescar!”. Porém, os pescadores da atualidade já começaram a pegar esse jeitinho todo de se movimentar aí dentro (do sistema), de ganhar alguma coisa. Isso para mim é um objeto de estudo, não é um objeto de crítica propriamente.

L.Z.P.C.: Ao defender o ecologismo como um humanismo ampliado (texto de 1992), e ao estabelecer uma crítica ao “exponencialismo”³ e também ao “compatibilismo”⁴ na década de 1990, vivíamos uma expectativa de avanço do “compatibilismo” frente ao “exponencialismo”, sobretudo em virtude da popularização da ideia de um “desenvolvimento sustentável”. Com a atual hegemonia do capitalismo, com destaque para o poder das grandes corporações e para a resistência da maioria dos países a modificar seu padrão de produção e consumo com base na extração massiva de recursos naturais, é possível afirmar que caminhamos do “compatibilismo” para o “exponencialismo”?

³ Ideia de que é possível um crescimento exponencial e ilimitado dentro de um mundo com recursos finitos. (Nota de L.Z.P.C.)

⁴ Busca compatibilizar proteção da natureza e o desenvolvimento econômico. Concepção adotada pelos

órgãos governamentais de meio ambiente a partir da década de 1990, refletida nas perspectivas de planejamento e gestão ambiental. (Nota de L.Z.P.C.)

A.S.: Quando o movimento ecologista começou nos anos 1970 – existem precursores que começaram na década de 1960 ou 1950, mas o movimento ganhou visibilidade nos anos 1970 –, ele pretendia contribuir para a construção de uma nova sociedade. Uma crítica que se fazia muito ao ecologismo é que ele não tinha nenhuma preocupação com o humano. Daí, eu tenho afirmado que o ecologismo seria um *humanismo ampliado*, porque levaria em consideração que, ao defender o que não é humano, estava defendendo o humano, as sociedades humanas. Por outro lado, defender a natureza, proteger a natureza, era se proteger também.

O “exponencialismo” era muito grande, porque ninguém tinha receio de dizer que o desenvolvimento só chegaria com a destruição da natureza. A representação diplomática do Brasil na Conferência de Estocolmo falou isso claramente: “O que nós queremos para o Brasil é poluição, é desmatamento, porque é isso que leva ao progresso, não essa conversa fiada desses caras, desses ecologistas, que estão com essa coisa de proteger natureza para proteger a humanidade”.

Os embates entre uma perspectiva ecologista e outra “exponencialista”, majoritária, levou à proposta do “compatibilismo”, iniciada em 1987 e que resultou em 1992 na ênfase ao “desenvolvimento sustentável”. Por um lado, entendia-se que o capitalismo teria que se moderar. Por outro, o ecologismo também teria

que ceder. Ai, cria-se o “compatibilismo” como uma linha intermediária, que chegou a avançar.

Eu não renunciei imediatamente a essa ideia do ecologismo porque era mais um discurso do que propriamente uma prática.

O “compatibilismo” não é um capitalismo limitado, sob controle, mas sim um capitalismo que tinha um discurso que camuflava as suas práticas, como continua fazendo. Então, quando eu levanto que o capitalismo em que eu vejo futuro seria um capitalismo sob controle – o que eu acho que não deve acontecer –, a reação da natureza seria o elemento que iria inviabilizar a própria economia. Na verdade, isso já começou, mas não estamos querendo ver.

Eu acho que esse “exponencialismo” não desapareceu. Ele se mascarou, se disfarçou para continuar existindo. Quando a gente vê o agronegócio no cerrado, há um discurso de que ele vai alimentar o mundo todo, não vai usar muito produto químico e que está levando em consideração os limites naturais, respeitando os ecossistemas. Porém, quando eu passei por lá não vi nada disso. No ano passado eu passei por lá eu não vi nada disso.

L.Z.P.C.: A própria ascensão de Trump, por exemplo, negando a necessidade de reduzir as emissões, e aqui no Brasil, com esse novo governo, demonstram que parece que a ideia do “compatibilismo” vai

perdendo força perante o “exponencialismo”. O objetivo continua sendo só crescimento econômico?

A.S.: Ou seja, não vamos usar mais subterfúgios. Vamos falar o que está acontecendo mesmo. O que nós queremos é um desenvolvimento a qualquer custo. Essa história toda de gastar recursos para frear a destruição de ambientes é tudo conversa fiada, de quem não tem nada para fazer na vida. O Bolsonaro está nessa linha.

Eu vejo que o Bolsonaro é um indivíduo autoritário, um ditador. Ele não é um bom Presidente. O Ministro da Economia é adepto do neoliberalismo e defende um capitalismo desenfreado mesmo, que passe por cima de tudo. Então, parece que os militares são os mais preocupados em não causar muito barulho. Eu, que vivi no regime militar, sei muito bem a diferença que está sendo agora.

L.Z.P.C.: O senhor falava que o ecologismo visa à construção de um socialismo ecológico, que seja democrático, pluralista e com justiça para os seres humanos, para os demais seres vivos e para os ecossistemas (SOFFIATI, 1983). Quais as perspectivas atuais de se construir um socialismo ecológico fundamentado no ecologismo e no ecocentrismo que o senhor propõe?

A.S.: Eu acho que sonhei bastante nessa época. Acho que estamos distantes desse cenário. Eu confesso que acreditava que seria possível construir um socialismo, um ecossocialismo. Mas comecei a pensar o seguinte: não basta só eu falar, não basta só defender, porque isso parece cômodo para quem está em sala de aula. Eu faço a revolução na sala de aula com as minhas ideias, mas do lado de fora está todo mundo contra mim. Ninguém mudou coisíssima nenhuma. Então, vejo de fato que essas ideias eram, eu acho que são bonitas. Mas quando a gente cai na realidade, quando a gente entra, por exemplo, em um ambiente como um comitê de bacia, vemos que as questões são reduzidas ao mais prático possível, para ganhar dinheiro.

Deveríamos começar pela recuperação da bacia do rio Paraíba do Sul, reflorestamento, recomposição das lagoas, pelo menos algumas. Isso não demora muito, mas a maioria quer ganho a curto prazo. Não querem saber de construção. Então, eu acho que essas ideias ficaram defasadas, não porque elas sejam ruins, mas porque o capitalismo, depois da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética, cresceu muito. Mas mesmo com o capitalismo vencendo, a história não acabou.

L.Z.P.C.: Quais as similitudes e diferenças entre o socialismo ecológico que o

senhor mencionava e o ecossocialismo discutido atualmente?

A.S.: O Michel Löwy tem um livro sobre ecossocialismo. Eu já conversei com ele. Quem me colocou em contato com ele pela Internet foi o Leonardo Boff. Verifiquei que ele desenvolveu a ideia, mas não foi adiante. Seria algo que poderia redimir o planeta, a humanidade, as outras espécies. Mas eu acho que essa ideia é muito restrita ao plano intelectual.

L.Z.P.C.: Ele chega a usar o termo “ecosuicídio”, dizendo que nós caminhamos para um processo desse tipo.

A.S.: Sim, nisso aí eu acredito porque eu acho que já está acontecendo e ainda não perceberam com clareza. Trata-se de uma reação da natureza em função de uma economia que ultrapassa, e muito, os seus limites.

L.Z.P.C.: Outro elemento que nos chama a atenção para seu pensamento está na ênfase no ecologismo como um sistema filosófico fundamentado em ideais como justiça social, liberdade e na necessidade de aprimoramento e democratização do Estado (SOFFIATI, 1983). O que o senhor teria a reforçar ou a modificar em relação à sua concepção sobre o ecologismo hoje, considerando sobretudo os temas da justiça, da liberdade e do papel do Estado?

A.S.: Eu acho que houve retrocesso nas três linhas. Em termos de justiça social, embora certos grupos defendam que o mundo melhorou muito com o capitalismo, que as pessoas estão vivendo melhor agora, que a distribuição de riquezas é mais justa, eu acho que não é assim. O ar está ruim para os pobres; a água e o alimento, cada vez mais [estão ruins]. Então, eu vejo que as injustiças estão crescendo.

Com relação à democracia, eu acho que ela está sendo assediada fortemente por uma onda de direita no mundo todo, principalmente na Europa e na América. O terceiro elemento, ou seja, o papel do Estado, não é mais o papel de promover justiça social, nem de promover a defesa do ambiente. O que mais me preocupa atualmente é o crescimento do neoliberalismo. Eu acho que esse discurso de redução do papel do Estado e de regulação pela economia é uma falácia. Se as injustiças continuarem crescendo da forma como estão crescendo, e as agressões ao ambiente estiverem andando nesse sentido, um novo Estado de bem-estar social vai ser necessário para regular isso tudo.

L.Z.P.C.: No texto “Sobre o ecologismo”, de 1992, o senhor defende as *ecorregiões* como escalas de planejamento e gestão. O que caracteriza uma *ecorregião*?

A.S.: No passado eu já usava essa expressão. Mas depende de quem usa esse conceito de ecorregião. Se é o biólogo, o conceito é um. Se é o sociólogo, o conceito é outro. Mas eu vou dizer, enquanto historiador, o que entendo por uma ecorregião: é um recorte dentro de um bioma com ecossistemas diferentes, mas que se interligam de alguma maneira. Por exemplo, essa Ecorregião de São Tomé que eu estudo, que pra mim seria um recorte de planejamento, envolve o mar profundo, plataforma continental, as praias, manguezais e restingas, os ambientes de água doce, as matas (alguma coisa que sobrou das matas na área de tabuleiro) e florestas que estão na zona serrana. Então, são ecossistemas dentro do mesmo bioma que se relacionam e que, inclusive, condicionaram ou definiram mais ou menos a economia. Uma economia capitalista se instalou aqui, usou muito a floresta, não no sentido de proteger, mas no sentido de desmatar a floresta dos tabuleiros, subindo depois para a serra. A floresta foi algo importante para a economia capitalista nos primórdios da instalação dos europeus aqui. A cana também avançou por essas áreas todas. Então, eu acho que a ecorregião esclarece. Não é um conceito que explique tudo, mas, em grande parte, me ajuda a entender.

L.Z.P.C.: Qual a escala espacial mais adequada para a delimitação de uma

ecorregião com a finalidade de aperfeiçoar o planejamento e a gestão do ambiente?

A.S.: Se for numa escala muito grande, fica muito difícil para trabalhar. Quem trabalhou muito bem com isso foi o Ignacy Sachs, com a ideia de ecodesenvolvimento. Essa ideia não deixava de ser capitalista, mas estava muito mais próxima do ecologismo do que o desenvolvimento sustentável. Ele dizia o seguinte: “Como é que devemos tratar a Caatinga? Da mesma maneira como trataremos a Amazônia? Não! Quem é que deve decidir? Um engenheiro que vem de fora e diz que você tem que fazer isso e aquilo? Não! Todos têm que trabalhar aí dentro. A população é quem vai orientar muito bem o que pode ser feito.

L.Z.P.C.: A bacia hidrográfica poderia ser um elemento de demarcação?

A.S.: Poderia, sim; inclusive, eu gosto muito de trabalhar com a bacia hidrográfica, porque eu acho que ela dá um sentido, ela nos orienta na medida que a gente pode perceber com clareza de forma material quais são os limites dessa bacia. Mas as pessoas passam por cima disso tudo. Ligam bacia com bacia; aterram bacias; destroem bacias. Uma coisa sem nexos.

L.Z.P.C.: Sabendo que, para a instauração material e simbólica do ecologismo é necessária uma nova ordem política nacional e internacional (SOFFIATI, 1983), quais as perspectivas para instauração de uma nova ordem política nacional e internacional pautada no ecologismo, considerando-se o atual panorama geopolítico nacional e internacional?

A.S.: Naquele tempo eu queria que essa utopia avançasse, crescesse sem muita morte de pessoas, que não houvesse tanto derramamento de sangue. Isso me marcou muito. Eu achava que não seria necessário impor essa concepção através de movimentos revolucionários, mas que ela naturalmente seria percebida e que as pessoas se converteriam a ela. Era ingênuo, porque eu estava no calor da juventude, no calor do movimento. Ingênuo porque eu acho que as pessoas de fato não vão se converter a isso. Não apenas os grandes, mas os pequenos também querem uma resposta muito rápida. Até porque entraram nesse contexto todo de esperar, de reclamar, de querer tudo de imediato, o que eu acho que marca muita nossa época.

Em primeiro lugar, vem o imediatismo. As pessoas não têm se interessado por conhecer o passado. Muitos dizem para mim: "Temos que viver o momento". Aí eu pergunto: o que é um momento? O meu momento tem atrás de si um passado que o explica, e ao mesmo tempo

esse momento aponta para alguma coisa no futuro. Mas as pessoas, nesse individualismo, nesse imediatismo, estão pensando no dia a dia, no agora. É claro que existe o desafio da sobrevivência também, mas o individualismo tem dissolvido as relações. Isso estava previsto já no século XIX por Marx e Engels, que essas relações comunitárias, sociais, iriam ser dissolvidas pelo capitalismo. E, em grande parte, foram.

Outro elemento é o consumismo, porque a gente quer consumir, e o consumismo não é somente o consumo. O consumismo é alguma coisa que não é necessária. Aí, eu volto ao Ignacy Sachs, que questionava: o que é necessário? Quem define o que é necessário? Ele chegou a escrever sobre o que é necessário para um ser humano viver, mas isso não foi levado em consideração. Hoje em dia, as pessoas deixam de adquirir aquilo que é necessário para comprar aquilo que não é necessário. E por que isso? Porque a propaganda está em cima, insistindo para que as pessoas façam esse tipo de opção. Elas não sabem porque que estão fazendo, mas dá status. Não estou aqui condenando ninguém, mas eu acho que o sistema leva as pessoas a serem consumistas, individualistas e imediatistas.

L.Z.P.C.: Qual o futuro que se projeta na relação entre sociedade e natureza?

A.S.: Muito ruim. Atualmente há uma corrida muito grande para obtenção de recurso natural. Levamos essa concepção cartesiana a um limite, a um extremo muito grande. A natureza é vista enquanto um grande estoque de recursos, enquanto grande lixeira. Isso continua crescendo e as coisas ficam cada vez mais graves. Aí resolvem, por exemplo, suprimir canudo, resolvem suprimir copo plástico. E eu pergunto: Será que é só isso? Será que vai dar tempo? É muito mais do que isso! Será que vai ser possível o capitalismo frear alguma coisa? Substituir o que é de obsolescência programada por uma sobrevivência, uma durabilidade maior de cada objeto, de cada bem material?

Soffiati e a Geografia

L.Z.P.C.: Em que aspectos você identifica as interfaces entre o seu trabalho e a Geografia?

A.S.: Sobretudo no aspecto natural, sobretudo com Geografia Física, em primeiro lugar, e com a Geografia Humana associada à Geografia Física. Eu entendo que certos conceitos que vêm da Geografia, como *espaço*, *lugar*, enriquecem muito a História Ambiental, que não tem esses conceitos. Da Antropologia, que não vem ao caso aqui, vem também um conceito de não-lugar, que é o lugar que

vai se desfazendo ao longo do tempo. Então, eu recebo com muito prazer, saúdo mesmo essa contribuição que a Geografia dá para a História, até porque no meu entendimento esses campos não estão isolados. Existe uma interpenetração deles formando um campo maior ainda, um campo que, para mim, não é multidisciplinar, nem é interdisciplinar, mas é *transdisciplinar*. O pesquisador transdisciplinar não precisa conhecer a fundo cada um dos elementos com que ele trabalha. Eu estudo Geologia, não vou para lugares muito difíceis porque eu não vou dar conta; na planície, para mim, fica mais fácil entender os processos, então eu estudo Geologia. Mas eu não posso nunca ir para um congresso de geólogos, nunca teria essa capacidade e competência. Não poderia ir para um encontro de botânicos ou de zoólogos, mas eu posso me apropriar desses saberes todos e dar um sentido a eles pela História. A Geografia me dá uma contribuição muito grande nesse sentido.

L.Z.P.C.: Você já teve a oportunidade de cooperar com algum geógrafo ao longo da sua carreira? Se sim, como foi essa experiência?

A.S.: O geógrafo que permite mais aproximação e que me permite dialogar mais, está aqui presente entre nós. É a professora Adriana, com quem eu dialogo muito, com quem eu me enriqueço

muito, com quem eu saio com muito prazer pela região para conversar a respeito dela, para conhecer a região. Tem também o professor Marco Malagoli, que é outro professor acessível. Eu não vou dizer que todos eles sejam ou não, como os historiadores não são. Eu não vou encontrar um historiador muito disposto a conversar, dialogar comigo, a sair pela planície, pela serra, pelos tabuleiros, a conhecer lagoas. Mas a professora Adriana, de fato, é a pessoa que mais se aproxima de mim. Aí eu me aproximo dela, pelo seu conhecimento em Geografia Física, mas também pela sensibilidade que ela tem para as questões sociais. Isso tudo permite essa aproximação e esse diálogo que eu acho que tem sido muito profícuo.

L.Z.P.C.: Segundo o seu entendimento, qual é a contribuição da Geografia para o debate ambiental atualmente?

A.S.: A Geografia tem muito mais elementos, muito mais substância, muito mais competência para discutir a questão ambiental do que a História. O geógrafo, de modo geral. Até porque o que eu vejo na Geografia é algo parecido com o campo transdisciplinar com que eu trabalho. Qual é o objeto da Geografia? Depende! Pode ser Geografia da parte física, pode ser a parte social, pode ser parte política. Então, isso não tira, não enfraquece a Geografia, não tira dela essa base muito

clara, que as outras ciências querem constituir. Pelo contrário, ela entra em outros campos também e enriquece o conhecimento. Um geógrafo pode circular em vários campos. A professora Adriana vai da Geografia Física à Social, à Política. Conversa comigo sobre História. A Geografia Histórica, na verdade, se encontra muito com a História. São ângulos diferentes que se enriquecem no diálogo.

L.Z.P.C.: Como você imagina a cooperação entre historiadores e geógrafos em torno da problemática ambiental?

A.S.: Não vejo com muito otimismo... Nem com muita perspectiva de progressão. Cada um está mais dentro das suas especialidades, das suas especializações. Isso dá um certo conforto, mas também tira uma visão mais geral do mundo. Quando eu coloco a questão do espaço e do tempo, eu vejo que esse casamento é bastante enriquecedor. Eu vejo mais o historiador trabalhando com o tempo e com a sociedade, não com a sociedade inserida no contexto geográfico, no contexto ambiental. Agora mesmo me convidaram para subir a serra e visitar o que sobrou dos quilombos aqui na região. Aí, eu começo a perguntar para o professor de Geografia e o de História: "por que será que os quilombos foram se instalar na zona serrana?" Hoje em dia não há mais quilombos. O que existe são os quilombolas, mas não o quilombo como

resistência. A resistência é outra, agora, porque que se instalaram lá, porque correm para lá, porque no século XVIII eles foram para lá, se instalaram lá, e a gente não vê quase nada na baixada. Aí, a Geografia explica: a mata era um lugar perigoso para os colonos. Assim, os negros, os escravos que saíram da escravidão, foram para lá, já conhecendo mais a floresta, desbravando a floresta e sendo protegidos pela floresta. Mas isso aí é algo que passa por alto, que ninguém discute quando visita um quilombo.

L.Z.P.C. e **A.F.L.:** Professor Soffiati, estamos muito agradecidos por esse magnífico depoimento!